



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Dialogando sobre Aprendizagem Matemática de crianças com Transtorno do Espectro Autista junto a licenciandos em Matemática: contribuições para a formação inicial

Gilson Abdala Prata Filho¹
Edmar Reis Thiengo²

O presente relato tem como objetivo discutir sobre a aprendizagem de Matemática de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A prática foi desenvolvida com licenciandos do 7º período em Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) na disciplina de Educação Especial, abordando-a na perspectiva Inclusiva. Desenvolvemos três encontros com discussões teóricas sobre o TEA e as percepções dos licenciandos sobre o tema. Foram baseamos a definição e as características do transtorno segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, além disso, dialogamos sobre algumas legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, dentre elas, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei Berenice Piana. Nas discussões propostas, trouxemos assuntos transversais ao ensino de Matemática, discorrendo sobre a sexualidade do adolescente com TEA. Nas apresentações do texto, pontuamos as discussões promovidas com os estudantes nos encontros, em diálogo com a exposição teórica do assunto. No último encontro foi apresentado um breve relato dos licenciandos trazendo, da sua prática no contexto escolar, situações vivenciadas com estudantes autistas nos estágios, programas de residência ou atuação enquanto regente. Percebemos a necessidade de dialogar sobre esse e outros transtornos que estão presentes no ambiente escolar e o papel do professor para a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Matemática Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Licenciatura em Matemática; Aprendizagem; Sexualidade.

Introdução

O presente artigo aborda discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista com licenciandos em Matemática do 7º período do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), cursistas da disciplina de Educação Especial ministrada pelo professor orientador Dr. Edmar Reis Thiengo. Esta disciplina faz parte da nova grade curricular do curso de Licenciatura em Matemática e foi ofertada no 1º semestre de 2023. As atividades propostas foram realizadas juntamente com professor orientador por meio do Programa de Estágio Docente (PED) ofertado pelo Ifes.

¹ Doutorando em Educação em Ciências e Matemática no Educimat/Ifes. Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV). gilson.abdala@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática no Educimat do Instituto Federal do Espírito Santo (Educimat/Ifes) - Orientador da pesquisa em andamento e professor do Programa de Estágio Docente do Ifes. thiengo.thiengo@gmail.com



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ° 9394/96) dispõe em seu capítulo V, sobre a Educação Especial como modalidade de educação escolar, devendo ser ofertada, preferencialmente, na rede de ensino regular, para estudantes com deficiência. No artigo 59, a lei destaca sobre as garantias dos educandos em relação aos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Desta forma, consideramos ser fundamental as discussões sobre a Educação Especial e Inclusiva na formação inicial dos licenciandos, possibilitando diferentes estratégias no ensino e aprendizagem de Matemática. Conforme a LDBEN, a Educação Especial será ofertada para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no entanto, ao pensarmos em Educação Inclusiva, o atendimento deve acontecer para todos que necessitem de atendimento e assistência. Para iniciarmos nossas discussões com os licenciandos, falamos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O que é o Transtorno do Espectro Autista?

O termo autismo infantil foi utilizado pela primeira vez em 1943 com o psiquiatra austríaco Leo Kanner (1894-1981) que, ao observar 11 crianças, percebeu as dificuldades destes em relacionar-se com outras pessoas, fixação em objetos e alterações na linguagem. Os estudos realizados por Hans Asperger (1906-1980), também identificou esses comportamentos, no entanto, as crianças apresentaram melhor capacidade de comunicação e intelectualidade. Essas diferenças permitiram, posteriormente, dois diagnósticos: Autismo e Síndrome de Asperger. Apenas em 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em sua 5ª edição, define o autismo e a Síndrome de Asperger como Transtorno do Espectro Autista.

Segundo o documento, o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que apresenta déficits persistentes na comunicação social, na interação social e com padrões restritos e repetitivos no comportamento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Crianças que apresentam esses comportamentos durante o período de desenvolvimento e tem prejuízos significativos em diversas áreas importantes para a vida, podem ser diagnosticadas com TEA. É importante ressaltar que esse diagnóstico é fornecido apenas por médico/psiquiatra em conjunto com a equipe multiprofissional por meio de avaliações. As diferentes classificações do TEA ocorrem devido ao nível de gravidade apresentado pela



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

criança. De acordo com o DSM-V, são três níveis (I, II e III) que apresentam diferenciações em relação à funcionalidade da pessoa e a necessidade de apoio.

O indivíduo com TEA pode ter comorbidades como transtorno de linguagem, transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), transtornos de ansiedade, transtornos depressivos e deficiência intelectual. Todas as comorbidades interferem no processo de aprendizagem da pessoa com TEA.

Encontros e discussões com os licenciandos em Matemática

Os diálogos e discussões aconteceram em três encontros/aulas nas terças-feiras de 20h30 às 22h, durante o mês de abril, mês de conscientização do autismo. No primeiro encontro trouxemos um vídeo que retratava sobre o dia mundial de conscientização do autismo e a luta pela garantia dos direitos dos autistas. Falamos sobre os símbolos que são utilizados na sociedade para identificação nos diferentes espaços.

Aluno A: Professor, é importante reconhecer esses símbolos porque eles estão presentes em diversos lugares. Em alguns estabelecimentos têm até fila para autistas³.

Em relação aos símbolos, pontuamos que a comunidade autista tem substituído o quebra-cabeça pelo símbolo do infinito com a finalidade de desconstruir a ideia da complexidade de compreender a pessoa autista. O símbolo foi criado em função do dia do Orgulho Autista e representa a diversidade entre as pessoas que estão dentro do espectro, com infinitas variações e possibilidades, mesmo existindo semelhanças neurológicas entre elas. Ressalta-se que o símbolo foi criado pelos próprios autistas.

Figura 1: Símbolo utilizado para representar o autismo



Fonte: Google Imagens. Disponível em [Autism Infinity Symbol - Free image on Pixabay - Pixabay](#). Acesso em 28 mai 2023.

³ A formatação apresentada, com itálico e recuo, será utilizada para relato dos professores e dos licenciandos.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Existe um desconhecimento por parte da população em relação ao símbolo, tanto que já tivemos casos de depredação de espaço em estacionamento destinado à pessoa autista, pois o cidadão imaginava tratar-se de vaga destinada às pessoas da comunidade lgbt+, numa demonstração de que não entendo o significado do termo “diversidade”, que no sentido da palavra quer dizer daquilo que é diverso, diferente ou ainda variado.

Entre os educadores, também manifesta-se pouco conhecimento em relação ao tema, o que é evidenciado em pequenas ações, como o uso de diferentes logos e seus significados. Esta questão, evidencia-se logo no início das discussões, ao questionar quem está preparado para lidar com a criança autista. Nesse sentido, Pacheco e Thiengo (2016, p. 20) destacam que:

Eu também me sentia despreparado, incapaz, e, portanto, busquei preparação, e ao longo dos meus estudos pude descobrir um pouco mais sobre mim e sobre as pessoas que nos cercam. É claro que ainda não me sinto preparado e, mesmo que eu estudasse mil anos, ainda assim talvez não sentiria.

Todas essas questões explicam-se pelo fato de ser um grande desafio lidar com crianças que se diferenciam dos padrões estabelecidos como normais e que, estiveram por décadas apartadas da sociedade, adquirindo muito recentemente o direito de ir para a escola. A história que o termo “autismo” foi proposto em 1943 por Leo Kanner, e as diferentes concepções apresentadas pelo DSM vem sendo atualizadas, que o dia Mundial da Conscientização do Autismo, foi instituído em 2007 pela Organização das Nações Unidas, e as leis que garantem os direitos de pessoas com deficiência e com TEA, a saber: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/2015), a Lei Berenice Piana (12.764/2012) e a Lei Romeo Mion (13.977/2020).

Uma das primeiras discussões foi sobre o uso da nomenclatura Transtorno do Espectro Autista ao invés de utilizarmos apenas Autismo, conforme Bordini e Bruni (2014), utilizar *espectro* nos permite compreender que o transtorno varia de indivíduo para indivíduo, e ao pensarmos no processo de aprendizagem precisamos nos atentar à essa individualidade.

Professores: Percebemos a importância de compreender o autismo, para reconhecermos e pensarmos em diferentes estratégias no processo de ensino e aprendizagem.

Bento: Professor, antigamente não tínhamos muitos casos de alunos autistas. É por conta dessa dificuldade de diagnosticar?

Professores: Como a gente pode perceber com a linha do tempo, crianças que hoje são diagnosticadas com o TEA, recebiam tratamento como crianças com esquizofrenia, por exemplo.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Adriano: Por isso foi importante identificar e reconhecer as características dos autistas. Porque isso facilita o tratamento e o acompanhamento nas escolas.

Na década de 90, Berenice Piana percebeu que seu terceiro filho não desenvolvia como os demais colegas, não fazia contato visual com as pessoas, não estabelecia diálogos e se isolava dos demais. Ao buscar por ajuda médica, os especialistas informaram que não havia nada de errado com Dayan. Por conta própria, Berenice inicia estudos tentando compreender o desenvolvimento do próprio filho e diagnostica o próprio filho. Desta forma, pode iniciar o tratamento adequado, passando assim, a lutar pelos direitos de pessoas com autismo. Em 2012, a presidenta Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a lei nº 12.764.

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove as condições de igualdade para o exercício dos direitos e das liberdades das pessoas com deficiência. Conforme a lei,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Esse artigo aponta que todas as pessoas que possuem algum tipo de impedimento que atrapalhe a participação plena na sociedade é atendida pela lei e necessita de direitos que promovam a igualdade no exercício dos direitos. Assim, nenhuma pessoa com deficiência sofrerá qualquer tipo de discriminação e terá seus direitos impedidos.

Apesar dos direitos garantidos para pessoas com deficiência, ainda existem limitações e preconceitos com as pessoas autistas. Como forma de melhor visibilidade, em 2020, foi sancionada a lei 13.977, lei Romeo Mion que estabelece a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Dentre as garantias, está a dispensa de apresentar de explicar a todo momento as condições da pessoa com TEA, mostrando exames, por exemplo. Com esta lei, também fica estabelecido prioridade de atendimento em estabelecimentos comerciais e o acesso aos serviços públicos e privados, em especial, na educação, na saúde e na assistência social.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Após as discussões, trouxemos a definição do TEA, a atualização da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) de CID 10 (F.84) para CID 11 (6A02) e os critérios diagnósticos do transtorno observando as características nos níveis de gravidade, em relação à interação/comunicação social e o comportamento restrito/repetitivo, conforme o DSM-V.

Professores: *Pessoal, é importante reforçarmos que o laudo é dado apenas pelo médico e uma equipe que realiza avaliações com o paciente. Nós, professores, devemos compreender o que é o transtorno e essas características de forma a contribuir no processo de ensino e aprendizagem. Não podemos utilizar esse conhecimento para laudar nossos alunos [risos]*

Dionísio: *É professor, a gente percebe muito no estágio que alguns professores já dizem que o aluno tem isso e tem aquilo.*

Professores: *Infelizmente tem sido realidade no espaço escolar. Nosso objetivo aqui, é que vocês compreendam sobre o transtorno e a partir disso, possam pensar em estratégias que contribuam no processo de aprendizagem de Matemática.*

No segundo encontro, iniciamos as discussões apresentando os principais sinais do TEA no desenvolvimento das crianças nos 6 primeiros meses de vida aos 3 anos. Lowenthal (2021), ressalta que nem todos os sinais estão presentes nas crianças, no entanto, caso as famílias e a escola percebam, é importante que seja realizada uma avaliação especializada para que sejam feitas as intervenções de forma precoce. Neste encontro, apresentamos os principais sinais do TEA na adolescência. Em diálogo com os licenciandos, ressaltamos que este público estará muito presente no contexto escolar. Os principais sinais apresentados nos adolescentes são referentes à linguagem, comunicação, interpretação, solidão, convívio social e compreensão de regras, movimentos físicos incomuns (tocar, morder, balançar, sacudir dedos) e poucas amizades.

Bento: *Professores, no estágio que faço com um aluno do 9º ano, ele apresenta essas características. Demorei um tempo para que ele tivesse confiança em mim.*

Caio: *Eu já vi um também, no 7º ano, mas ele era muito apegado à pessoa que acompanhava ele em sala e não conseguia interagir com os colegas em sala.*



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Professores: *Na maioria das vezes, os estudantes com TEA apresentam essa ligação com as pessoas que estão mais próximas, e elas são importantes para que a gente consiga desenvolver um bom trabalho com os alunos. Eles serão a “ponte” do professor com o aluno com TEA.*

Apesar das dificuldades apresentadas por estudantes com TEA, é preciso que sejam criadas condições que permitam a aprendizagem de Matemática e o desenvolvimento de habilidades necessárias para utilizá-la, garantindo autonomia no exercício da cidadania. Assim,

O real sentido da inclusão é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como uma condição humana favorecedora da aprendizagem. Nesse sentido, seu foco deve recair sobre a identificação das possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir a autonomia escolar e social, para que enfim, possam tornar-se cidadãos de iguais direitos (CIVARDI; SANTOS, 2018, p. 96).

Desta forma, a Educação Matemática contribuiu para a inclusão de todos os estudantes, de forma igual, no processo educacional (ensino e aprendizagem). Essa igualdade também se refere a oportunizar que estudantes com deficiência aprendam e desenvolvam as habilidades propostas nas cinco unidades temáticas apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular: número, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística.

Adriano: *Realmente, nas turmas que já acompanhei, os professores trabalham apenas números e operações matemáticas, de adição e subtração com os alunos da Educação Especial*

Professores: *Pois é, muitos estudantes estão marcados pelo seu diagnóstico, e precisamos desconstruir isso. Não é desconsiderar o laudo, mas não rotular a criança e limitá-la com esse laudo. Muitos professores não avançam com conteúdos, porque o aluno é por ele considerado especial e já é rotulado como um estudante que não tem capacidade de aprender.*

Outro fator que precisa ser dialogado nos campos da Matemática é sobre a sexualidade. Sabemos que a abordagem desse tema ainda tem sido tabu em muitas escolas e dentro da própria casa, no entanto, é um assunto fundamental para a compreensão do mundo da criança, visto que faz parte do seu desenvolvimento.

De acordo com Sanderson (2008), a sexualidade é aprendida e moldada pelas experiências e seu conceito diferente de sexo. Para as crianças, a sexualidade está relacionada com



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

experiências sensoriais, como toque, som, cheiro, movimento, visão, e outras que permitem o contato íntimo com o ambiente.

Assim como uma criança neurotípica, as crianças com deficiência também apresentam as vivenciam a puberdade e as sensações corporais. Desta forma, é preciso que o tema seja abordado com essas crianças, seja na escola ou em casa. Crianças com TEA também precisam conhecer e entender o desenvolvimento do corpo. Conforme o DSM-V, o autista possui dificuldades no comportamento para adequar-se em diferentes contextos sociais e déficits na compreensão e uso de gestos, sendo assim, é preciso explicar ao adolescente com TEA os cuidados no conhecimento/manipulação do corpo, falar sobre privado e público, individualidade e intimidade, podendo auxiliar também na prevenção do abuso sexual.

Professores: Falar sobre sexualidade não é um assunto que deve ser tratado apenas na área da saúde ou quando se estuda o corpo humano nas ciências biológicas. Precisamos falar sobre esse assunto em diferentes contextos. Existe um documento [Anuário Brasileiro de Segurança Pública] que traz dados referentes à violência sexual infantil. Os dados são alarmantes e mostram que as escolas têm contribuído na prevenção e na denúncia de casos que chegam nas escolas.

Bento: É verdade, tem aparecido muito no jornal casos sobre abuso de crianças, até mesmo com pessoas que trabalham na escola.

Professores: Infelizmente temos vivido essa realidade e é por isso que estamos falando com vocês, futuros professores de Matemática. Falar sobre sexualidade, sobre abuso sexual, política e outros assuntos também é papel do professor.

Encerramos nossas discussões, propondo uma tarefa para o terceiro encontro. Os licenciandos deveriam trazer vivências em sala de aula com estudantes autistas, destacando o perfil, características/comportamento das crianças, e práticas pedagógicas de Matemática desenvolvidas com esses alunos. No sentido de inspirar a realização da tarefa, trouxemos uma reflexão a partir de Cordeiro (2016, p. 37) quando afirma:

O trabalho para e pela inclusão se deve também ao fato de que é por meio da interação entre os indivíduos que ocorre o aprendizado. Não se deve ater, simplesmente, ao fato de que aprender seja somente o escrito, o falado ou o estudado. Defende-se, portanto, a ideia de aprender, também, as relações sociais necessárias para a vida em sociedade, tais como o respeito às diferenças, a igualdade de direitos e a convivência pacífica. Não se refere apenas a minimizar as atividades a serem desenvolvidas, infantilizá-las ou mecanizá-las a fim de mantê-los ocupados, e sim desenvolver propostas que atendam as especificidades de cada um.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

A perspectiva, portanto, é de que os licenciandos ampliem suas discussões para além de um extrato da realidade, mas que possam se apropriar do entendimento da inclusão processo que considera múltiplas e diferentes ações.

No encontro seguinte, os perfis de alunos autistas apresentados pelos licenciandos foram de experiências com o estágio docente. O público tinha de 12 a 14 anos, com características diferentes, dificuldades de interação social e linguagem. Das práticas destacadas, foi relatado as adaptações de conteúdos e utilização de jogos para explicação de conteúdo.

***Caio:** Professor, o que eu trouxe foi um aluno que acompanhei durante meu estágio. Apliquei um jogo para estudar equações e vi que ajudou muito no entendimento do conteúdo. Ele quase não interagia na turma e nem comigo, mas no final das aulas que tive com ele, consegui trocar algumas palavras e ele até conversou comigo falando de uns negócios que ele gostava.*

***Dionísio:** O meu eu tive muita dificuldade porque ele não era alfabetizado. Conversando com a professora dele, ela pediu que eu fizesse atividades envolvendo números. Aí, ele pintou os desenhos dos números, mas não sabia falar quais eram.*

***Professores:** Nós professores, precisamos estar atentos a essas situações em sala de aula. Vocês, ao se formarem, estarão diante de uma sala com diversas particularidades. É preciso pensar no real significado da inclusão. Ter esse aluno em sala, mas não proporcionarmos a ele a participação efetiva, o conhecimento matemático que é de direito, promoveremos uma exclusão, ao invés de incluí-lo.*

Antes de encerrarmos nosso terceiro encontro, foi apresentado a dissertação de mestrado “Dos (des)caminhos de Alice no País das Maravilhas ao autístico mundo de Sofia - a Matemática e o teatro dos absurdos”, e o produto educacional “ O autístico mundo de Sofia: de pensar sobre a pensar com”, ambos desenvolvidos por Janivaldo Pacheco Cordeiro, orientado pelo professor Edmar Reis Thiengo em que trouxeram discussões e narrativas de crianças especiais nas aulas de Matemática e os processos de inclusão. Abordamos sobre os trabalhos que o programa Educimat têm desenvolvido na perspectiva inclusiva, realizando pesquisas com estudantes com transtorno do espectro autista, síndromes genéticas entre outros, que abarcam sobre os transtornos e também apresentando propostas de intervenções com esses estudantes e que podem ser utilizados nos diferentes contextos.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Considerações Finais

Diante das discussões nesses três encontros, percebemos a necessidade de falarmos sobre a Educação Especial e Inclusiva a todo momento. Diversas leis sobre a inclusão foram criadas, no entanto, o processo de inclusão não tem acontecido de forma efetiva. Nos últimos anos, o número de matrículas de estudantes que precisam ser atendidos e amparados pelas políticas de inclusão, mas os profissionais ainda necessitam de mais informações sobre o assunto. Isso foi evidenciado durante as discussões com os licenciados, em que destacaram já terem trabalhado com estudantes público alvo da Educação Especial, mas tiveram dificuldades na forma de abordar conteúdos e desenvolver práticas que pudessem contribuir no processo de aprendizagem.

A realização do Estágio supervisionado contribui para que os estudantes, sejam licenciandos ou dos programas de Pós-Graduação, possam vivenciar as diferentes realidades e situações que estão presentes no ambiente escolar. A prática desenvolvida por mim e supervisionado pelo orientador foi de grande importância no estudo e no aprofundamento sobre o Transtorno do Espectro Autista e na prática para estudantes com o transtorno e a nossa atuação enquanto docente. A disciplina de Educação Especial torna-se de grande valia na formação inicial do futuro professor de matemática, pois a partir dela, fomentamos as discussões sobre a Inclusão no espaço escolar, o que pode contribuir na prática docente.

Em diálogo com os licenciados, percebemos o interesse em conhecer e estudar sobre o TEA, levando em consideração que todos os presentes já atuaram e/ou conviveram com pessoas com esse transtorno. Além disso, é importante salientar a necessidade de continuarmos os estudos e desenvolvimento de pesquisas que abordem sobre o transtorno, outros transtornos/síndromes e a Educação Matemática Inclusiva.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, DF, 6 de julho de 2015.

BORDINI, D.; BRUNI, A. R. Transtorno do espectro autista. In: ESTANISLAU, R.; BRESSAN, A. (Orgs.). **Saúde mental na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 219-230.

CIVARDI, J. A.; SANTOS, E. A. (Org.). **Educação, matemática e inclusão escolar: perspectivas teóricas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CORDEIRO, J. P. **Dos (Des)caminhos de Alice no país das maravilhas ao autístico mundo de Sofia – a matemática e o teatro dos absurdos**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, 2016. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/215/DISSERTA%20Dos_%28des%29caminhos_Alice_pa%20ads_maravilhas.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/215/DISSERTA%20Dos_%28des%29caminhos_Alice_pa%20ads_maravilhas.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 7 de jun. de 2023.

CORDEIRO, J. P.; THIENGO, E. R. **O autístico mundo de Sofia: de pensar sobre a pensar com**. Vitória: Editora do Ifes, 2016. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/215/PRODUTO_Dos_%28des%29caminhos_Alice_pa%20ads_maravilhas.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/215/PRODUTO_Dos_%28des%29caminhos_Alice_pa%20ads_maravilhas.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em 7 de jun. 2023.

LOWENTHAL, R. **Como lidar com o autismo: guia prático para pacientes, familiares e profissionais da educação e da saúde**. 1 edição. São Paulo: Hogrefe, 2021.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008.